

## **A GASTRONOMIA COMO METÁFORA DA IDENTIDADE DE UM POVO**

A gastronomia é uma representação viva da história do ser humano. É possível, a partir dela, compreender as vivências pessoais e sociais de um povo, já que é resultado do diálogo e interação de uma comunidade, é a soma de pedaços de história e de memórias da vida coletiva. É habitual entre a família, vizinhos e amigos a pergunta: o que vais preparar hoje? E esta simples pergunta abre caminhos e quebra fronteiras. Nesta interação social vai-se construído gradativamente diálogos e relações de amizade, de proximidade e mesmo de cumplicidade.

A comunidade vai, assim, erguendo uma mesma história, integrando expressões culturais e práticas artísticas, vivências e sentimentos reveladores de determinadas formas de ser que caracterizam o grupo.

Tal facto, faz com que a gastronomia ganhe um capital simbólico capaz de representar a memória de um povo, mas também o seu futuro, ou seja, nela podemos encontrar potência genética forte, que ao ganhar corpo, materialidade, revela, em cada momento, história e porvir. É como uma criança que, ao olhar aos seus traços, poderemos inferir, por um lado, a sua proveniência e as suas origens, por outro, se irá ter futuro e, até mesmo, sabendo a sua história, que futuro.

A gastronomia está, assim, carregada de significados, disponível a ser apreciada, repleta de fulgor, que origina, através do seu ato inacabado, verdadeiros "nós construtivos". É este o tema que nos propomos falar, ou seja, da identidade cultural de um povo.

Não temos a pretensão, nem o tempo suficiente, de aprofundarmos aqui as questões sociológicas. Ficaremos por uma análise de tópicos. Portanto, este não é um trabalho arqueológico, não visa escavar tradições gastronómicas, propõe-se, isso sim, ilustrar, ainda que ao de leve, a cultura identitária de um povo.

É aceitável pensar que nós não vivemos do passado. Porém, também é justo referir que não vivemos sem ele e para se compreender as transformações pelas quais a identidade de um povo tem passado, torna-se imprescindível conhecê-lo, pois é dele que guardamos memória. E é a partir dela que se determinam critérios que permitem compreender os aspetos em que a identidade é alterada.

Conhecendo a identidade de um povo, o indivíduo torna-se mais sensível para preservar a sua cultura, as suas formas de ser, de estar e de viver, ganha-se maior respeito pelas

tradições, pela herança que chegou até si. Quem é que não gosta de visitar os lugares que foram queridos, os cheiros e os sabores fortes de outrora, as amizades com quem se partilharam momentos singulares, etc. Ora, invocar a memória é esticar o fio que liga o passado ao presente. É guardar a capacidade de recriar o presente, com garantia de futuro. E é assim que a história vai sendo alimentada de geração em geração.

Não obstante a importância do passado, é importante referir, que “preservar” não é sinónimo de “arrumar” determinada cultura, evitando o contágio com outras culturas, é, sim, ter vontade de participar na construção de uma civilização comum, a partir do que é específico de cada expressão cultural, e, muitas vezes, é na diversidade cultural, que se mais se valoriza as diferentes expressões culturais.

Se a memória e a abertura ao outro são essenciais para se estruturar o presente, não é menos importante toda a linguagem simbólica de uma cultura. Vejamos o que isto significa:

Portugal, durante muito tempo, esteve isolado dos outros países, e o povo vivia bastante condicionado em termos económicos e sociais. A maior parte das aldeias eram espaços completamente ilhados, rodeados de montes e distantes das vilas e cidades. Quando de lá se saía, a única forma de o fazer era a pé, a cavalo ou numa junta de bois, por isso, os bens alimentares eram, por vezes, limitados ao arroz, ao açúcar, à massa, e pouco mais, sendo que, grande parte das aldeias eram obrigadas a ser autossuficientes em produtos alimentares. Cultivavam a batata, o milho, com o qual faziam o pão (broa) e o centeio, mas em pequenas quantidades. Era raro alguém cultivar trigo. No meio do milho, plantava-se o feijão, a abóbora e, por vezes, a melancia e o melão. Perto dos locais de água, localizavam-se as hortas, onde se cultivavam todas as espécies de vegetais e alguns frutos. Compreende-se assim que a gastronomia, embora rica, não fosse muito trabalhada! Pois, grande parte da população, ou não tinha acesso aos estudos ou ficava-se pela 4ª classe, com horizontes estéticos encurtados.

Todavia, à medida que Portugal se foi abrindo ao exterior, sobretudo com a imigração para França, Suíça, Bélgica, Luxemburgo, etc, melhorou muito a sua vida e a economia do país também deu um salto positivo, uma vez que os nossos emigrantes mandavam para cá as suas poupanças. As pessoas começaram a frequentar também, em maior número, as universidades e esta abertura ao mundo e ao outro proporcionou maior sensibilidade às estéticas modernas.

Chegamos assim, a um mundo mais globalizado, marcado pela cultura burguesa e capitalista. Weber vê no empresário o tipo exemplar do homem moderno: um homem metódico e disciplinado, autocontrolado e meticuloso no seu comportamento profissional e nas suas maneiras. Talvez um homem que dá um valor fidalgo ao ócio.

O individualismo apresenta-se como uma conceção de vida em sociedade, em oposição ao coletivismo e ao totalitarismo. Esta forma de estar em sociedade traduz-se através do

egocentrismo, egoísmo, subjetivismo, etc. (Cabral, 1990). Esta forma de viver e de estar tem uma correspondência na nossa identidade: aparecem disciplinas exclusivamente dedicadas à exploração do “eu” íntimo. Desemboca-se, assim, em aspetos estruturais da sociedade ocidental que estão na origem da emergência da autonomia individual: o capitalismo, o urbanismo moderno, a tecnologia e o pluralismo cosmovisional e ideológico.

Por detrás deste individualismo, ainda que pareça paradoxal, desenvolve-se o sentido da liberdade, da dignidade pessoal, isto é dos Direitos Humanos. O homem moderno sente-se chamado à responsabilidade de verificar e repensar, de modo profético-crítico, o que das gerações precedentes já se encontra atualizado (Mondin, 1986).

Este pórtico de policentrismo cultural, que acabamos de descrever e que constitui a modernidade, aproxima-nos de uma problemática hoje designada por pós-modernidade. Esta atenção ao pluralismo de formas do saber, alicerçada na sensibilidade pelas diferenças, distingue-se de todos os projetos da identidade moderna e verte-se num discurso pluralista, que deixa espaço a uma “nova” forma de ser moderno.

A verdade é que a gastronomia moderna concilia, como nunca, elementos do passado com elementos do presente, prepara pratos simbolicamente ricos, plurais, mas fortemente cunhados por matrizes identitárias, o que torna fácil diferenciar um prato italiano e francês de um português, ou um prato do norte de um alentejano.

Mas que sociedade é esta que permitiu conciliar tantas realidades numa única realidade sem a fazer perder a sua identidade?

A identidade na pós-modernidade encontra um mundo em profunda mudança. Já não podemos falar da identidade mas de identidades. O mundo entrou num processo de aceleração tremendo, desafiando as suas próprias definições, conceitos. Tudo está em transformação.

Sabemos que uma situação de mudança pode ser ocasião de perda de identidade, mas também pode ser, e é, certamente, uma ótima ocasião de fundamentação dessa mesma identidade. Neste sentido, centraremos a nossa atenção, fundamentalmente, na identidade caracterizada por uma mudança radical de paradigma, isto é, da forma de pensar e de estar em sociedade.

O espaço em que o homem se move ganhou uma nova configuração, principalmente com a queda e o ressurgir de novas fronteiras, bem como a interligação das novas culturas. De uma forma repentina ele viu-se inserido num mundo novo, nascido das várias transformações, e envolvido por um clima massificado e desestabilizador, provocado pela completa alteração dos modos de comportamento.

O ser humano é um ser cheio de interrogações e exigências que o fazem sentir-se disperso no meio do mundo, sem pontos de referência. Ele quer encontrar valores que o façam sentir-se verdadeiramente homem, conhecedor da sua própria consciência e do valor da sua dignidade. Porém, encontra-se numa modernidade que, devido à sua constituição, está grávida do seu pós-modernismo.

Seria contraproducente, portanto, apresentarmos padrões passados e velhos à nova mentalidade que se apresenta como que irá favorecer o desenvolvimento da ciência e da técnica e aumentar a esperança de um progresso indefinido.

Chegamos, assim, a um mundo que, perante o extraordinário pluralismo, se torna imperativa a necessidade de se justificar, de modo competitivo, a credibilidade e a plausibilidade de uma determinada visão do mundo. Esta análise e justificação constroem o ser humano, levando-o a reagir, daí a eclosão de novas atitudes e de novos comportamentos.

Abrem-se, então, novos caminhos à validação do pensamento; força-se à emergência de uma nova racionalidade não segregadora da razão, mas capaz de captar a totalidade das práticas e das significações da atividade humana; caminha-se cada vez mais para interdisciplinaridade.

Mas, então, que identidade é possível nos nossos tempos? Conseguiremos viver sem memória, sem traços que nos definam, sem as marcas do passado? Conseguiremos abrir caminho sem as experiências anteriores, sem a memória recorrente do passado? Não perderemos, sem a história, o sentido, que sentido?

Vattimo (2007) recebe com entusiasmo as “múltiplas histórias” contadas pelos meios de comunicação, histórias produzidas em pulverizados centros, sem qualquer pretensão totalitária de universalidade. Outros advogam a historicidade como uma cadeia de eventos singulares junto a outros, num universo relacional.

O perigo das novas histórias recai exatamente na perda de sentido, o que leva a fundar, na pós-modernidade, uma identidade sem ética, sem critérios críticos. Chegamos, assim, a uma sociedade onde impera o politeísmo de valores (Weber, 1986), onde carecem os valores absolutos e verdades vinculantes, ainda que não seja de integração social. Surge o que Weber (1979) chamou de proliferação das “esferas de valor” ou dimensões da racionalidade. Quer dizer que, neste momento da história, cada uma das “esferas” já não necessita de se referir a outros critérios que não sejam os ditados pelo seu próprio desenvolvimento.

O ser humano introduz-se, assim, numa nova pátria da liberdade. Desvinculado do passado e do peso da verdade e de normas absolutas, o homem moderno sente-se extremamente livre em todas as manifestações da sua vida política, social, económica, gastronómica, etc.

A descoberta desta identidade dará origem a uma nova gramática, já que as tradições que têm desempenhado um papel social estabilizador de primeira ordem, vêem-se agora submetidas à reflexão mais ou menos crítica. Não desaparecem, como já o dissemos, mas são reinterpretadas, reformuladas, submetidas a uma justificação. Compreende-se que com esta crítica das tradições, a gastronomia, e como tal a identidade, perdem estabilidade, dado que o solo sobre o que assentava aparece menos firme e mais movediço. As consequências também não se fazem esperar: as pessoas e os grupos experimentam a decepção ao verem questionadas muitas das suas visões do mundo e da forma como operavam.

Em jeito de conclusão, fica-me uma pergunta: será possível ao olhar para a gastronomia perceber que a nossa própria identidade foi transformada? Apercebemo-nos que hoje os menus são uma verdadeira desconstrução? Não é esteticamente arrebatador ver um prato em que os olhos comem antes de nos chegar ao paladar? Ou sentir o seu aroma a alastrar-se pela mesa fazendo com que todos os olhares e palavras convirjam no mesmo sentido? Não há arte, pura arte, na forma como cada erva se dispõe, sobre o prato, tornando-o um poema, uma constrição viva?

A tinta vai correr como nunca, e em nosso entender, a gastronomia não pode ficar adormecida à sombra de questões comezinhas.

Antes de criar é preciso desconstruir, referimo-nos a preconceitos, individualismos, categorias. É urgente criar um rombo no casco da mediocridade, é preciso procurar ser mais e melhor.

Eduardo Jorge Duque,

Universidade Católica Portuguesa e CICS-UMinho